

Mestrados profissionais: origens, processos de institucionalização e tendências atuais. Estudo de dois cursos de mestrado em gestão pública em Pernambuco

Autoria: Katya Valéria Araújo Melo, Rezilda Rodrigues Oliveira

Resumo

Os processos institucionais que cercam os mestrados profissionais no Brasil constituem a temática explorada neste artigo, no qual se analisou dois cursos de mestrado em gestão pública recentemente implantados em Pernambuco. Para tanto procurou-se focalizar a mudança iniciada em meados da década de 90 no ensino superior *stricto sensu*, cuja nova regulamentação introduziu essa modalidade de ensino no país. Três enfoques foram utilizados na análise: identidade institucional, legitimidade e institucionalização, a fim de indicar e analisar os estágios institucionais em que se encontravam tais cursos na época da pesquisa. Foram feitas uma revisão de literatura sobre o assunto e entrevistas com os *stakeholders* mais relevantes de cada um deles, além de levantamento documental. Os resultados da pesquisa apontam para um processo em construção, nele sobressaindo-se a importância dos aspectos normativos que cercam os dois cursos, sua luta por auto-afirmação e as principais diferenças e similaridades, considerando suas origens, práticas, corpo docente e discente, bem como as linhas de trabalho que os caracterizam.

Introdução

A introdução dos cursos de mestrado profissionalizante em fins dos anos 90 em nosso país parece estar voltada para sua diferenciação em relação aos tradicionais cursos de mestrado acadêmico então existentes, fundamentada numa maior aproximação entre produção acadêmica e práticas laborais. Assim, em 16/11/1998, a Portaria nº 80 foi editada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Capes reconhecendo os cursos de mestrado profissionalizante (Brasil. Ministério da Educação e do Desporto, 1998).¹

Ao que se sabe, esses cursos não tencionam formar pesquisadores, tal como os mestrados e doutorados acadêmicos, desse modo pressupondo perfil, estrutura e funcionamento diferenciados, sobretudo em relação ao caráter de terminalidade, dirigidos à formação profissional, bem como proposta curricular vinculada a sua especificidade e voltada para a articulação do ensino com aplicação profissional. Por outro lado, deve-se reconhecer seu desenho mais flexível por admitir docentes em regime de dedicação parcial e variação quanto ao trabalho de conclusão de curso (abrangendo seja a tradicional forma de dissertação, seja um determinado tipo de projeto, produção artística, desenvolvimento de instrumentos ou equipamentos, entre outros).

Notabilizam-se tais cursos pelo autofinanciamento em contraposição à garantia da gratuidade do ensino nas universidades públicas presente nos mestrados acadêmicos, pois a regulamentação da Capes admite seu funcionamento tanto nas instituições públicas como privadas onde já existem cursos de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu* bem como nas que realizam pesquisas e prestam serviços em campo de conhecimento afim, desde que presumida sua qualificação científica, tecnológica e/ou artística (Brasil. Ministério da Educação e do Desporto, 1998).

Uma rápida observação acerca desses cursos logo revela a falta de consenso social a respeito de sua estrutura e valor. Questões como a quebra da gratuidade do ensino de pós-graduação

em instituições públicas, a não oferta de bolsas de auxílio da Capes para os alunos e a dúvida quanto às especificidades da estrutura e funcionamento de um curso de mestrado profissional; entre outras, identificam problemas relacionados com a fase de formação institucional (Jepperson, 1991) ou o estado inicial de institucionalização (Tolbert e Zucker, 1998). Por exemplo, no final de 2002, a legalidade da cobrança de taxas pelas Instituições Federais de Ensino Superior foi argüida pelo Ministério Público Federal com relação à questão da gratuidade do ensino público nelas praticado, vindo o Conselho Nacional de Educação a emitir o Parecer nº 0364/2002, de 06/11/2002, no qual defende que os cursos de especialização e aperfeiçoamento (pós-graduação *lato sensu*) não se configuram como atividade de ensino regular, sendo assim correta a cobrança de taxas pelas universidades públicas. Entretanto, no que se refere ao ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, com base no art. 206 da Constituição Federal de 1988, o referido Parecer contesta o pagamento de mensalidade nos cursos de mestrado profissional ministrados nas universidades públicas (Brasil. Ministério da Educação, 2002a), o que pode vir a inviabilizar sua sustentabilidade financeira nessas instituições, embora esta seja apenas mais uma de suas especificidades.

Tudo leva a crer que este tema é extremamente polêmico, atizando a curiosidade sobre como esses cursos podem justificar sua existência. Segundo Fischer (2002), essa modalidade de ensino, calcada no modelo norte-americano, ainda possui um aspecto híbrido diante das influências visíveis das dimensões organizativas sobre ela exercidas pelo mestrado acadêmico no Brasil, onde há um grande número de cursos de mestrado profissional, dispersos em diversas áreas. No caso da área de Administração, cabe assinalar, inclusive, que os egressos de muitos cursos de mestrado acadêmico, na prática, atuam mais como profissionais dos setores públicos e privados do que lecionando ou pesquisando na academia.

É crescente o número de cursos de mestrado profissional submetidos à análise da Capes. Dados de 2002 mostram que existem, no Brasil, cerca de 884 cursos de doutorado, 1.522 cursos de mestrado acadêmico e 71 cursos de mestrado profissionalizante reconhecidos pela entidade. Em 1998, de aproximadamente 33, eles passaram, somente no primeiro semestre de 2002, a cerca de 15 novos cursos recomendados pelo Conselho Técnico Científico da Capes, em diversas áreas (Brasil. Ministério da Educação, 2002b).

Em Pernambuco, duas instituições ministram cursos de mestrado profissional, a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e a Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj. A UFPE, atualmente, oferece quatro cursos, dentre eles o Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (UFPE, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene).² Já a Fundaj oferece o Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Ambos os cursos, objeto deste artigo, foram tomados como referência pelo fato de tanto a UFPE como a Fundaj estarem oferecendo cursos de mestrado profissional voltados para a gestão pública, cujo estudo partiu do interesse e da intenção deliberada de investigar como se deu sua formação e desenvolvimento institucional, assim como da possibilidade de associar os processos de institucionalização por que ambos os cursos estão passando com o que aconteceu e ainda acontece no ambiente onde se inserem e buscam obter legitimação.

No trabalho reconheceu-se que a complexidade do sistema de ensino e de suas instituições exige uma análise interdisciplinar para o entendimento desses universos. Critérios de origem política e antropológica na ação organizacional em universidades fazem com que as teorias

que tomam como referência a escolha racional e os fundamentos econômicos da ação tenham menor poder explicativo nesse tipo de organização (Lopes, 1999, p.23). A compreensão dessa questão em muito valorizou a perspectiva institucional considerada necessária para se analisar as várias dimensões ambientais que interferem na criação e construção de uma estrutura, visto que questões orientadas para além das dimensões técnicas são fontes ricas de análise quando se fala de coisas tão complexas como as instituições (Perrow, 1986).

Com efeito, a criação, a estruturação e o processo de institucionalização de um novo ente estão associados a uma variedade de interesses dos atores que com ele se relacionam, ou seja, indivíduos que para atingir seus objetivos podem afetar ou serem afetados pelas organizações onde atuam. Na literatura, eles são denominados *stakeholders* (Stoner e Freeman, 1989). Segundo os pressupostos da pesquisa, fez-se uma seleção dos *stakeholders* considerados mais relevantes para fins de realização de entrevistas, conforme esquema de Frooman (1999), que visa a identificar quem eles são, o que querem e como tentam alcançar seus objetivos. Em seguida, procedeu-se à análise de conteúdo de suas falas, de modo a verificar o rumo das ações empreendidas na busca da institucionalização de uma certa idéia ou estrutura e submetida a processos de formação de sua identidade institucional ao lado da luta pela conquista de legitimidade, em meio à formulação de esquemas interpretativos acerca do caráter assumido pelo mestrado profissional. Procurou-se saber em que consiste a aceitação social desses cursos na percepção de seus *stakeholders*, tendo em vista as grandes transformações institucionais que os cercam cotidianamente.

No artigo ora apresentado, além desta introdução, constam quatro partes: a) elaboração de um referencial teórico reunindo os elementos essenciais da discussão institucional agregados em torno dos dois cursos de mestrado profissional objeto da pesquisa; b) descrição da metodologia adotada e os desdobramentos do estudo de casos; c) análise dos dados levantados, tanto primários como secundários, segundo os indicadores analíticos pelos quais se optou para construir o perfil institucional dos referidos cursos e seu processo de formação e desenvolvimento; e d) considerações finais, nas quais se discorre sobre diferenças e similaridades de ambos os cursos.

1 Referencial Teórico

Neste trabalho considerou-se que estudos realizados na área de ensino constituem exemplos de que as categorias professores, estudantes, currículos e tipos de escola, quando juntas, mostram que se está diante do campo de aplicabilidade do novo institucionalismo nos estudos organizacionais (Meyer e Rowan, 1992; Brint e Karabell 1991 *apud* Jepperson, 1991).

Da literatura institucional foram extraídos e trabalhados os indicadores utilizados para caracterizar os Cursos aqui estudados, quais sejam: a) identidade institucional, escolhido diante da necessidade de se delinear o caráter diferenciador do mestrado profissional em face do mestrado acadêmico; b) legitimidade, relacionado com a busca de suporte legal, moral e cultural, respectivamente (Scott, 1995); e c) institucionalização, sendo este destacado por Tolbert e Zucker (1998) posto que as transformações institucionais podem ser compreendidas por meio da investigação de como e porque as estruturas e processos se originam e legitimam, bem como quais são as conseqüências de tais processos (Rosseto e Rosseto, 2001). Sobre cada um deles discorrer-se-á nos próximos tópicos.

1.1 Institucionalização

Para Scott (1987), as abordagens institucionais geram a possibilidade de se analisar as organizações para além do ambiente de tarefa, apontando a existência de um ambiente institucional que as define e delimita o contexto histórico onde se dão os processos de institucionalização, os quais consistem na transformação de crenças e ações em regras e conduta social (Machado-da-Silva, 1996, p. 216).

Em Pereira e Fonseca (1997) vê-se que a institucionalização supõe a criação e a perpetuação de grupos sociais duradouros. Uma estrutura passa a ser institucionalizada quando é considerada por um grupo social eficaz e necessária, bem como fonte impulsionadora para criar padrões estáveis de comportamento. Esse processo é dinâmico, sendo que a construção de idéias e normas compartilhadas socialmente implica uma arquitetura histórica, de tal modo que o estudo das origens e etapas de crescimento é de fundamental importância para se compreender adequadamente uma instituição (Selznick, 1971).

Quando o fenômeno observado ocorre na esfera educacional, dentre outras típicas das sociedades pós-industriais, é corrente a exigência de um alto nível de racionalização burocrática e institucional, que volta e outra colide com poderosos mitos adotados cerimonialmente pelas organizações, em detrimento dos critérios de eficiência necessários à coordenação e controle da produção, por conta da busca de sustentação e legitimidade (Meyer e Rowan, 1992).

Para Berger e Luckman (1978), a extensão da institucionalização depende da generalidade das estruturas importantes. Se forem muitas, ou a maioria, as estruturas importantes de uma sociedade, a esfera da institucionalização será ampla. Se forem poucas, a esfera da institucionalização será estreita. Neste último caso, há ainda a possibilidade de a ordem institucional ser consideravelmente fragmentada, quando certas estruturas importantes são partilhadas por grupos no interior da sociedade, mas não pela sociedade em totalidade.

Por meio do impulso à inovação, frente à pressões ambientais (legislação, mudanças tecnológicas e forças do mercado), segue-se o movimento em busca da consolidação institucional que, para atingir seu pleno desenvolvimento passa pelos processos de habitualização, objetificação e sedimentação, por sua vez correspondentes a três estágios de institucionalização: pré-institucional, semi-institucional e institucionalização completa (Tolbert e Zucker, 1998). Sobre cada um deles cabe aqui fazer menção.

O processo de habitualização envolve o desenvolvimento e arranjos estruturais, de tal modo que sua formalização por meio de políticas e procedimentos resulta em estruturas organizacionais que podem ser classificadas como estando em um estágio de pré-institucionalização (Meyer e Rowan, 1992). Nesse caso, muitas organizações podem adotar uma dada estrutura, mas estas serão provavelmente em grande número, limitado a um conjunto circunscrito de organizações similares, possivelmente organizações interconectadas, que enfrentam circunstâncias similares, e que variam consideravelmente em termos da forma de implementação (Tolbert e Zucker, 1998, p. 206).

Quando se desenvolve um certo consenso social acerca do valor da estrutura entre os decisores da organização tem-se o processo de objetivação, que é consequência, em parte, do monitoramento que a organização faz dos competidores e de esforços para aumentar a sua competitividade relativa. Por meio de práticas isomórficas, as organizações, nessa fase,

buscam referências bem-sucedidas para realizar as mudanças. O que já foi “pré-estado” serve como fonte de legitimação e minimizador de erros.

Na objetivação e difusão da estrutura, pode-se destacar a figura do *champion*, tomado como um indivíduo ou um conjunto de indivíduos interessados e defensores da estrutura (Tolbert e Zucker, 1998). O *champion* surge geralmente quando há potencial para a inovação. Neste trabalho, o conceito de *champion* foi associado ao de *stakeholder*, visando enfatizar uma categoria de interessados que lutam, defendem e protegem uma nova idéia impulsionadora da mudança. Os *champions* podem ser entendidos como uma categoria dentro do conceito de *stakeholder*. Isso porque quase sempre há, entre os *stakeholders*, aqueles que têm múltiplos interesses, porém que nem sempre são cooperativos (Oliveira, 2002). Na definição utilizada na pesquisa, o *stakeholder-champion* foi considerado aquele que, além de possuir interesse, muito se empenha para tornar legítima uma causa ou estrutura.

No estágio de objetivação, as organizações chegam a possuir uma estrutura mais sólida do que aquelas que estão na fase pré-institucional, embora isso não queira dizer que a sua duração seja indefinida. O estágio seguinte acontece com a total sedimentação institucional, constituindo um processo relacionado com a continuidade histórica da estrutura, especialmente com sua sobrevivência entre as várias gerações e membros da organização (Tolbert e Zucker, 1998).

No estudo que fizeram, Lawrence, Winn e Jennings (2001) desenvolveram uma tipologia de mecanismos institucionais com base nas formas de poder, considerando a dimensão temporal para a importância da análise da institucionalização. Para os autores, são quatro os mecanismos de institucionalização: influência, força, disciplina e dominação, prevendo-se que cada tipo de mecanismo produza um padrão diferente de passo e estabilidade institucional, combinados a outros múltiplos mecanismos.

Nesse sentido, Lawrence, Winn e Jennings (2001) sugerem que o processo de institucionalização acontece ao longo de uma curva em forma horizontal de S, onde estão caracterizados caminhos que vão da fase inicial de inovação (causada por uma prática ou tecnologia nova), passando pela difusão e chegando até o momento de estabilidade institucional conquistado pela legitimação. No processo de institucionalização alguns elementos podem ser salientados como construtores da estabilidade institucional. A busca de uma posição organizacional relativamente estável (institucionalização) está possivelmente associada à conquista de uma identidade própria.

1.2 Identidade institucional

Os estudos sobre identidade organizacional foram pioneiramente desenvolvidos por Albert e Whetten (1985), segundo os quais as organizações possuem identidade, definida em função de três critérios, relacionados com crenças partilhadas pelos que nelas atuam. Esses critérios consistem no que é: a) central; b) distintivo, e c) duradouro em seu funcionamento, considerando-se cada um deles individualmente necessários e, em conjunto, suficientes para a definição de identidade organizacional.

Sobre este aspecto, a centralidade estaria relacionada com as características essenciais à organização, referidas aos seus procedimentos operativos. O segundo critério, da distintividade diria respeito ao conjunto de elementos que diferenciam uma organização de outras. Finalmente, o caráter duradouro ou de continuidade temporal seria realçado por

características da organização estáveis no tempo. Deve-se dizer, entretanto, que este último critério tem sua validade discutida, principalmente diante das rápidas mudanças de contexto no mundo contemporâneo.

Outros trabalhos elaboram modelos alternativos, complementares ou, ainda, que tentam diferenciar a idéia de identidade organizacional de outros conceitos, como os de cultura organizacional (Albert e Whetten, 1995; Hatch e Schultz, 1995; Whetten e Gregersen, 1995). Desse modo, alguns estudos organizacionais focalizam a idéia de imagem corporativa, ou seja, como a imagem externa pode afetar as organizações ou como se gerenciam as impressões para se construir uma imagem positiva (Fombrun e Shanley, 1990; Garbett, 1988). Algumas críticas decorrem de uso da imagem e da identidade corporativa por alguns integrantes das organizações de modo impróprio ou inadequado (Hatch e Schultz, 1995).

Para Caldas e Wood Jr. (1999) existiriam duas formas de se entender identidade organizacional: uma dizendo respeito a como os que estão de fora da organização a percebem, avaliam suas práticas e inserção social-imagem externa; e a outra relacionando-se com o modo pelo qual os membros internos da organização, notadamente seus dirigentes, a percebem - a auto-imagem ou auto-percepção. Já Zajdsznajder (1984, p. 39) entenderia a formação da identidade como uma questão de auto-imagem, a partir da qual relaciona três indicativos de identidade: a) imagem global, como àquela que a organização apresenta de si mesma a seus membros e ao ambiente, afirmando o que foi, o que é e o que será; b) modo como a organização age e reage e seus valores fundamentais declarados ou não; e c) qualidade expressa por meio de seus insumos, processos e produtos.

A idéia de identidade de uma entidade envolve resposta à questão: “Quem sou eu?” ou, no caso de uma organização, “Quem somos nós?” Para essa pergunta não existe somente uma e sim muitas respostas, sendo que identidades múltiplas também convivem juntas em uma única organização. Dessa forma, atores organizacionais, sejam indivíduos, grupos ou a própria organização, estão quase sempre se questionando sobre quem são, sobretudo quando acontecem processos organizacionais do tipo fusões, aquisições e reestruturações (Caldas e Wood Jr., 1999). A explicação é que a identidade envolve a idéia de ser especial e de se possuir características peculiares, cujo caráter exclusivo em algum momento pode ser acionado por categorizar a organização (Brunsson e Sahlin-Anderson, 2001). Contudo, mesmo quando as entidades tentam se diferenciar por meio da construção de uma identidade própria, surgem pressões, principalmente aquelas vindas do ambiente total, requerendo a integração desses estilos por meio de mecanismos integradores, que lhes dão coerência e um sentido de unidade (Lawrence e Lorsch 1973 *apud* Oliveira, 1995).

Para Pedersen e Dobbin (1997), inicialmente as organizações buscam ter sua própria identidade, deliberadamente criando práticas que as tornem únicas. Entretanto, ao longo do tempo, as organizações paradoxalmente imitam umas as outras, utilizando modelos que não lhes são próprios. Para compreender esse fenômeno de imitação, mesmo diante da necessidade de diferenciação, na literatura institucional adota-se o conceito de isomorfismo, o qual diz respeito ao mecanismo pelo qual as organizações se ajustam seguindo normas criadas e aceitas socialmente (Rossetto e Rossetto, 2001).

Segundo DiMaggio e Powell (1991) existem três mecanismos isomórficos: 1) Isomorfismo coercitivo - resulta de pressões formais e/ou informais de umas organizações sobre as outras, numa relação de dominação, dependência ou, ainda, resultante de pressões ambientais; 2) Isomorfismo mimético - surge em cenários de incertezas quando há o incentivo à imitação. Nesse caso, organizações copiam práticas bem-sucedidas de outras; e 3) Isomorfismo

Normativo – decorre de pressões de entidades cujo poder regulamentador é utilizado para redesenhar arranjos nas estruturas organizacionais segundo seus próprios interesses.

Em tese, o comportamento isomórfico aparenta ser uma conduta de autodefesa diante de dificuldades com as quais algumas organizações não sabem lidar. Por intermédio de práticas homogêneas, as organizações também competiriam em busca da legitimidade institucional (Gonçalves e Machado-da-Silva, 1999). Ao que tudo indica, isso se apresenta como uma boa estratégia para que sejam socialmente aceitas em seu meio, visto que, sob esta ótica, o ambiente pode ser considerado fonte de legitimidade e recompensa para algumas formas e atividades organizacionais.

A dimensão técnica seria controlada por meio de um isomorfismo competitivo, em que se busca manter a quantidade e a qualidade nas organizações, ao passo que no ambiente institucional o controle dar-se-ia pela adequação da estrutura organizacional às pressões sociais por meio de um isomorfismo institucional (Gonçalves e Machado-da-Silva, 1999).

No ambiente institucional reinam normas e exigências para que as organizações obtenham apoio e legitimidade do ambiente, de forma a se tornarem realmente institucionalizadas (Scott, 1992). É nesse mundo que as organizações atuam e tentam preservar sua identidade institucional, embora sua inserção em um grande sistema de redes e relações seja muito mais íntima dentro do setor de que fazem parte. Nele, os processos interativos evidenciam mais fortemente formas de dominação e divulgação dos processos institucionais e técnicos. Um setor social possui características próprias, e estas, ao serem identificadas, geram expectativas e influenciam fortemente o desenho e a performance da organização (Scott e Meyer, 1991).

1.3 Legitimidade

Nas ciências sociais, há um grande número de definições de legitimidade que variam em graus e especificidades, sendo uma delas vinculada ao caráter regulador e à aplicação de meios legais. Assim, organizações legítimas seriam as que se estabelecem e funcionam de acordo com a lei, apoiando-se numa base moral que lhe dá fundamento. Já uma versão cognitiva relacionaria a aquisição de legitimidade com a adoção de um marco de referência (Scott, 1995), por sua vez ancorado numa percepção generalizada ou suposição das ações desejáveis, apropriadas ou não a uma entidade. Desse modo, segundo Suchman (1995) algumas construções socialmente são sistematizadas por intermédio de normas, valores, opiniões e definições que, em conjunto, dão ordem, coerência e legitimação às estruturas, para cujo entendimento se recorre a esquemas interpretativos (Machado-da-Silva e Fonseca, 1999).

Na perspectiva institucional, busca-se a idéia weberiana de legitimidade das estruturas formais racionalizadas, submetidas a normatizadores institucionais incidentes principalmente sobre o sistema educativo e as profissões, por meio das quais novas estruturas se criam e reproduzem socialmente. Legitimidade e os processos que dela decorrem não estão associados somente a organizações formais ou a um contexto. Jepperson (1991) chega a dizer que nem tudo que é institucionalizado é legítimo, muito pelo contrário (por exemplo, crime organizado, corrupção, fraudes).

Segundo Lawrence (1999), a legitimidade está ligada à habilidade das organizações para articular, patrocinar e defender práticas particulares e formas organizacionais consideradas legítimas ou desejáveis, ao invés de simplesmente aceitarem algumas regras sociais já legitimadas. Para o autor, isto constitui uma estratégia de ação institucional, ativada

conforme os interesses e o poder dos atores nela envolvidos, ao lado da ação do ambiente como fonte de mudança e definição de padrões legítimos. Em verdade, a legitimidade não é um conceito estático, possui dinamicidade, constituindo um processo que se constrói, mantém ou reordena (Suchman, 1995). De acordo com essa concepção a legitimação como um processo ocorre por meio de um constante movimento dialético, em que os interessados na estrutura (*stakeholders*), sejam eles indivíduos ou grupos, atuam reproduzindo ou transformando os padrões socialmente legitimados.

2. Metodologia

Esta pesquisa, segundo taxonomia apresentada por Vergara (2000), quanto aos fins tem caráter descritivo-explicativo e quanto aos meios reúne investigações bibliográficas, documentais e de campo. O método escolhido, do estudo de caso, buscou examinar um fenômeno contemporâneo em um contexto de vida real (Yin, 1994). Na verdade foi realizado um estudo multicaso, visando a analisar as diferentes realidades relacionadas a um mesmo tema, contemplando suas especificidades e possibilitando articulá-las de forma ampla, a fim de garantir maior validade externa para as conexões sugeridas (Lakatos e Marconi, 1991).

Como referido na introdução deste artigo, privilegiou-se a área de conhecimento em gestão pública no ensino superior *stricto sensu* em Pernambuco, evidenciada por meio de dois cursos: o de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MPA/NE) e o de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Ao se eleger uma área de conhecimento comum, gestão pública, considerou-se que uma variedade de áreas diversas de conhecimento dificultaria sua análise diante do ambiente técnico. Um fator decisivo, entretanto, foi a experiência profissional e pessoal que já se detinha nessa área.

A delimitação da pesquisa em torno dos cursos em administração/gestão em funcionamento, circunscreveu-se aos que fossem reconhecidos pela Capes, pois o crivo da instituição, ao recomendar cursos e, posteriormente, propor sua homologação pelo Ministério da Educação, induz ao estabelecimento de um padrão mínimo de qualificação que assegura validade nacional aos títulos outorgados pelas instituições que os ministram. Já o foco somente nos cursos de mestrado profissional em gestão pública existentes em Pernambuco deu-se em função de limites temporal e espacial exigidos para a conclusão da pesquisa, além de fatores de ordem orçamentária. De outro modo, a pesquisa beneficiou-se da possibilidade de maior acesso a dados qualificados, necessários ao estudo de caso, pela proximidade geográfica.

Os sujeitos da pesquisa foram os *stakeholders* e *champions* considerados de maior relevância para ambos os cursos, seguindo-se o esquema de Frooman (1999) já mencionado na introdução deste artigo. Foram entrevistados coordenadores, professores e representantes dos alunos, reunindo oito do MPA/NE e seis do Curso de mestrado da Fundaj. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2001, em pesquisa anteriormente realizada, e reconfirmadas ou inéditas em setembro e outubro de 2002, durando cada uma, em média, 50 minutos. De um roteiro pré-estabelecido, passou-se a um conjunto de novas questões, desdobradas em temas correlatos.

No trabalho predominou a abordagem fenomenológica, como forma de se conhecer o problema em sua essência, diante do contato do pesquisador com a realidade vivenciada *versus* as participações de outros interessados na composição dessa realidade estudada. Tal opção também decorreu do caráter qualitativo do trabalho, tendo os dados obtidos sido

tratados por meio da análise de conteúdo e categorizados com base nos trechos dos discursos e das informações documentais distribuídos por temas. A análise temática, por sua vez, envolveu a investigação dos “núcleos de sentido”, contidos na comunicação então encetada, conforme os significados atribuídos pelo pesquisador em face do objeto de estudo (Bardin, 2000).

A estratégia metodológica que se segue consiste em apresentar cada um dos Cursos pesquisados como individualidades, de acordo com as características institucionais pesquisadas.

3. Análise das Características Institucionais do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MPA/NE)

Procurou-se fazer o resgate histórico das origens do Curso, delinear os arranjos institucionais para sua concepção e funcionamento, bem como analisar o ambiente técnico onde estão presentes suas estruturas e práticas. A partir daí foram construídos indicadores importantes para a compreensão do Curso, como instituição em formação (Selznick, 1971).

Na avaliação percebeu-se que o Curso MPA/NE vem passando pelo processo de habitualização (Tolbert e Zucker, 1998), dado que seus símbolos, mitos e rituais, ou seja, os seus esquemas interpretativos ainda não atingiram suficiente solidificação institucional. Pode-se dizer que o MPA/NE se encontra numa fase inicial de institucionalização: cerimoniais e arranjos estruturais são semelhantes aos dos mestrados acadêmicos. Diante disso, sabendo do seu caráter profissional, os que dele participam demonstram muita curiosidade sobre como o MPA/NE vai desenvolver identidade própria.

Institucionalmente, o MPA/NE nasceu em 2000, por meio de uma iniciativa da então Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ou seja, uma instituição que não tinha tradição na área de ensino mas era portadora de vasta contribuição histórico-institucional para o foco do Curso (gestão pública para o desenvolvimento do NE), vindo a assumir a figura do que se denominou de *stakeholder-champion*. A estratégia por ela utilizada foi a de buscar legitimação legal e cognitiva nos quadros acadêmicos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), contando com o forte estímulo financeiro oferecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), cujo apoio estava previsto para os três primeiros anos de instalação do Curso. No momento da pesquisa, deve-se dizer que essa parceria passava por uma nítida indefinição, tendo em vista a extinção da Sudene pelo Governo Federal (em 2001) e os problemas detectados com sua sucessora, cujo desdobramento aponta fortemente para um momento crítico da trajetória do Curso, possível mesmo de resultar em descontinuidade em seu funcionamento, independentemente da mobilização de *stakeholders-champions*. Para isso contribuiu, então, uma conjuntura governamental desfavorável à sobrevivência da estrutura, com isso dificultando a passagem do Curso para o estágio de objetificação. Dessa forma, parece previsível que tenha que lutar contra as intempéries do ambiente institucional, como expôs um dos *stakeholders* ao mostrar-se preocupado com a sustentabilidade financeira do Curso e as conseqüências do enfraquecimento institucional da parceria, em função da já mencionada extinção da Sudene.

Certamente, essas questões despertaram o interesse em se conhecer as repercussões de tais fatos sobre o processo de formação de uma identidade própria para o Curso. Nesse sentido, houve um consenso entre os entrevistados acerca da relevância do MPA/NE, reforçada pelo

esforço em se construir uma imagem positiva. Por vezes, foi evidenciado um sentimento de “orgulho de pertencer ao quadro de *stakeholders* do Curso”, tendo sido destacado o caráter inovador e precursor por ele imprimido no ensino superior de pós-graduação *stricto sensu* em gestão pública no estado de Pernambuco. A análise dos discursos permitiu constatar a existência de padrões de identidade detidos pelo Curso, capazes de colaborar para seu respaldo institucional, confirmado pela demanda crescente de alunos e candidatos inscritos nos três processos seletivos levados a efeito.

A imagem do Curso foi delineada em termos de requisitos de qualidade, importância para a formação de gestores públicos e auto-sustentabilidade, permeando os esquemas interpretativos peculiares à instituição. Ficou claro um arcabouço em construção, no qual alguns rituais e símbolos se encontravam bem próximos ao modelo acadêmico historicamente dominante. Por exemplo, na “defesa” do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) denota-se o mesmo ritual de constituição de banca e apresentação pública, que emerge como um padrão socialmente legítimo, diante da ainda incipiente consolidação das especificidades do caráter profissional do Curso. Notou-se a percepção por parte de um dos coordenadores do MPA/NE, de que algumas práticas mesmo desapropriadas estavam sendo seguidas por causa das orientações da Capes, objetivando manter um dado padrão de legitimidade normativa rigidamente acompanhado por exigências de qualidade nos trabalhos elaborados pelos alunos e nas práticas pedagógicas adotadas.

Como mencionado anteriormente, os cursos de mestrado profissional, quando foram regulamentados, surgiram como um diferencial em relação aos cursos de mestrado acadêmico, suscitando uma maior vinculação com as práticas profissionais, além da prática do autofinanciamento. Assim, por parte dos alunos, através de seus representantes, transpareceu a impressão de que o caráter profissional do Curso foi um aspecto de peso na hora de fazer sua opção, justificada por um deles pela capacidade de formar pessoas “para gerir políticas públicas de unidades organizacionais voltadas ao planejamento, à ação direta e à promoção do desenvolvimento regional e desenvolvimento local. Isso, tanto nos níveis de planejamento como nos de monitoramento, avaliação e implementação” (informação oral de um aluno do MPA/NE). Segundo esse mesmo *stakeholder*, a aproximação com a prática revelar-se-ia como diferencial do TCC, construído desde as etapas preparatórias do Curso até sua conclusão, sendo natural sua inclinação para a resolução de problemas concretos.

Os resultados alcançados pelo Curso, expresso por meio do sucesso na elaboração dos TCCs, foram vistos como qualitativamente importantes para a consolidação da imagem positiva que ele projeta. Na primeira turma do MPA/NE (iniciada no ano 2000) todos os alunos defenderam o TCC no prazo previsto (24 meses), havendo a expectativa de que isto se repita nas segunda e terceira turmas, embora tais desdobramentos sejam vistos com precaução porque não é a única medida de sucesso e os apoios de que precisa não estão garantidos. Como foi mencionado, o Curso passava por uma fase de indefinição na época da pesquisa.

Ao lado da formação de uma identidade própria, associada à criação de um padrão diferenciado, a luta pela consolidação institucional prevê a quebra de resistências políticas e sociais dos opositores dos cursos de mestrado profissional que, no caso analisado, teve sua implantação precedida por alguns estudos sobre a legislação, discussão de suas especificidades e conhecimento de algumas experiências levadas a efeito em outros cursos da mesma modalidade. Mesmo assim não se admitiu ter havido isomorfismo mimético na concepção do MPA/NE, sob o argumento de que os outros modelos consultados também são recentes e igualmente estão em processo de construção). Contudo, foi notado um movimento

isomórfico, associado ao padrão coercitivo derivado das imposições da Capes, tanto no processo de reconhecimento como de avaliação continuada que esta realiza. Já o isomorfismo normativo evidenciou-se por meio de mitos e cerimoniais adotados no Curso, em obediência à legislação da UFPE. Nesse particular, a experiência recente do MPA/NE tem chamado a atenção de outras instituições que a procuram, dando a entender que está se tornando uma referência para a criação de outros mestrados profissionais.

Assim, as bases de legitimação do MPA/NE denotam que seus caminhos institucionais são fortemente pautados por órgãos como a Capes, sobretudo pela necessidade respaldo normativo, isto sem falar da preocupação com a aceitação de sua proposta curricular cotidianamente submetida a escrutínio de seu público-alvo. Desde sua implantação pode-se dizer que não cessou a busca por diferenciação em relação aos cursos de mestrado acadêmico, sendo constantes as tentativas de vinculação com as práticas profissionais e os cuidados com a viabilidade financeira do projeto. No momento da pesquisa, o interesse do Curso era o de se consolidar: “(...) Estou ansioso pra saber a proposta de avaliação da Capes, a gente está fazendo avaliação pela primeira vez” (informação oral de um dos coordenadores do MPA/NE).

Como observado na literatura, as bases morais de legitimação possuem grande influência das corporações profissionais, quase sempre empenhadas em construir um suporte cognitivo e normativo, apoiado por um sistema de crenças dominante na realidade em que se inserem (Scott, 1995). No caso do Curso MPA/NE, voltado para o ensino da gestão pública, de caráter profissional e multidisciplinar, percebeu-se a predominância das áreas de Ciência Política, Economia e Administração, fruto da composição do corpo docente e das disciplinas nele ministradas. Embora voltado majoritariamente para gestores públicos, a pesquisa demonstrou outros interesses de atuação profissional por parte do corpo discente, quais sejam o de ensinar no magistério superior e o de trabalhar no terceiro setor, bem como em empresas privadas e em consultorias independentes, justificados como um diferencial positivo que o título de mestre pode proporcionar.

Por este e outros motivos, o modelo de curso de mestrado profissional foi considerado como um desafio para o corpo docente, instado a redirecionar suas práticas pedagógicas diante de uma proposta e de uma demanda mais próxima do mundo da prática profissional.

A opção do Curso em trabalhar com a temática do desenvolvimento do Nordeste, assim como a definição de suas linhas de pesquisa foram claramente frutos da influência exercida por esse contexto institucional, especialmente pelo papel exercido pelo Pnud, voltado para financiar projetos de desenvolvimento local em toda a região. Conforme declaração de um dos *stakeholders* “Os trabalhos que são desenvolvidos aqui são desenvolvidos na região Nordeste. Esse mestrado não tem um interesse específico em Pernambuco, e sim na Região Nordeste” (informação oral de um dos coordenadores do MPA/NE).

4 Análise das características institucionais do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas

Neste caso ressalta-se, tanto em termos da concepção e implantação do Curso, uma verdadeira preocupação com a gestão democrática e a construção coletiva de uma proposta de mestrado profissional também diferenciada em relação ao desenho dos cursos de mestrado acadêmico, embora sob pressão de critérios há muito institucionalizados. Os mitos poderosos erigidos

como base de sustentação e legitimidade dos mestrados acadêmicos foram percebidos como dissociados do modelo de eficiência de um desenho de um curso de mestrado profissional, não fugindo à regra o conflito entre o antigo arquétipo e o que se propõe estabelecer (Tolbert e Zucker, 1998). Da análise do Curso pode-se sentir que não há dúvida acerca da dualidade e das dificuldades enfrentadas para se conciliar rigor acadêmico e pragmatismo.

Na pesquisa considerou-se o estágio de institucionalização inicial do Curso, implantado em 2002, bem como as peculiaridades de um modelo novo de ensino superior, sujeito a debate por conta da introdução de uma prática ou tecnologia ainda adolescente, cujos arranjos estruturais e a formalização dos procedimentos passam por ajustes. No discurso, sobressai-se o caráter difuso e híbrido de uma proposta nascida no seio da própria Fundaj, tida como um fator positivo para o Curso, na medida em que trouxe maior integração para os que fazem a instituição. Assim, um indicativo de mobilização dos *stakeholders-champions* para tornar o Curso institucionalizado consistiu no fato de se ter incentivado o aproveitamento do quadro de pesquisadores da Fundaj, os quais, ao passarem também a se dedicar ao ensino superior *stricto sensu*, tiveram a oportunidade de “oxigenar” suas produções e enfrentar um novo desafio profissional. Procurou-se dar ao Curso um foco em gestão de políticas públicas, associado a temas ligados ao desenvolvimento social e cultural, bem como aos de caráter tipicamente governamental, traduzidos em termos de currículo, objetivos, disciplinas, público-alvo e professores.

Por meio dos discursos dos *stakeholders* percebeu-se que a imagem global que o Curso apresenta de si é a de um mestrado inovador, estruturado com horário e dias de aula em bloco para favorecer o aluno que trabalha, com uma proposta construída coletivamente em bases democráticas, extremamente facilitada pela vontade explícita de se consolidar e ser legitimado perante a comunidade acadêmica e da sociedade, especialmente no campo de ensino superior de administração pública, tanto no contexto de referência nacional como no internacional. Em contraste, a análise apontou que não há uma unanimidade entre os *stakeholders* entrevistados sobre o aspecto diferenciador do mestrado profissional em relação ao acadêmico, convivendo o Curso com práticas pedagógicas de caráter híbrido.

Na concepção do Mestrado da Fundaj, outros cursos foram tomados como referência, sendo o Curso de Mestrado em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas destacado como um modelo padrão perseguido como legítimo, não obstante a força coercitiva das normas estipuladas pela Capes fazê-lo também adquirir o formato de outros cursos da mesma modalidade. Nesse sentido, convivem juntos isomorfismo mimético e coercitivo. Por outro lado, condutas previstas no Regimento do Curso aumentaram a similaridade com normas que padronizam ritos e procedimentos comuns aos cursos de mestrado acadêmico, imprimindo-lhe uma inclinação para comportamentos já socialmente legitimados (isomorfismo normativo).

É interessante notar que, dentre alguns depoimentos dos *stakeholders* entrevistados, pode-se destacar certos elementos de desconfiança e preconceito enfrentados pelo Curso, notadamente decorrente do desconhecimento do público acerca dessa modalidade de ensino e por ser ela autofinanciável, com isto se entendendo a “resistência ao novo”.

Na pesquisa, o papel da Capes foi constantemente destacado, começando pelas visitas e consultas ao órgão feitas pelas Fundaj, a fim de conhecer as normas que davam suporte para a estruturação legal ao reconhecimento de um curso dessa natureza, a fim de evitar problemas futuros, a exemplificar como as corporações profissionais disseminam comportamentos moralmente aceitos como legítimos (Scott, 1995). Sob esse aspecto não há dúvida de que o

Curso de Mestrado da Fundaj sofreu considerável influência de bases morais, seja em sua concepção seja no seu desenvolvimento institucional, envolvendo desde pesquisadores a dirigentes e consultores, agora transvestidos como docentes, a maioria deles oriundos dos Institutos de Tropicologia e de Pesquisas Sociais da Fundaj.

Segundo depoimento de um *stakeholder*, a reação inicial à proposta do Curso, diante da necessidade de se conceber algo diferenciado no ensino superior *stricto sensu* provocou uma certa insegurança quanto a perda de prestígio acadêmico e social pelos pesquisadores, sentimento que foi se dissipando ao longo do trabalho, desenvolvido de forma aberta e participativa. Isto foi por diversas vezes enfatizado, percebendo-se adesão à constituição democrática de uma proposta pedagógica diferenciada e a idéia de que as especificidades dos mestrados profissionais estão sendo “construídas”, ao lado da firme intenção de formar gestores públicos mais críticos e conscientes de seu papel social.

Esse discurso parece ter relação com a formação profissional dos *stakeholders* que elaboraram a proposta do Curso e até hoje participam ativamente das reuniões do seu Colegiado. A presença de pessoas com formação acadêmica em pedagogia e em educação, com vasta experiência na gestão de políticas de ensino ou de instituições de ensino, nitidamente fez valer sua influência nas discussões e na adoção de linhas de pesquisa já desenvolvidas pelos quadros da Fundaj, que serviram de base para a estrutura do Curso e sua operacionalização. Ao que parece esse fato aponta para o reforço daquilo respeitado como legítimo na própria instituição e no contexto de referência local, de maneira que, além de captar a confiança e a participação dos professores, essa estratégia parece ter conseguido compatibilizar os trabalhos de pesquisa de cada Instituto da Fundaj com os que estão sendo desenvolvidos no Curso.

5 Considerações finais

Como finalização do artigo procurou-se destacar as características institucionais relativas aos dois Cursos, tal como foi visto ao longo da pesquisa:

- a) A fase em que ambos se encontram expressa um claro processo de construção e de adequação às regras e normas da Capes, de modo a conquistarem legitimação no seu contexto institucional. Nesse sentido, são grandes os desafios tanto para docentes como para alunos, submetidos a constantes comparações com os mestrados acadêmicos;
- b) Deste modo, coloca-se a questão de como irão construir uma identidade institucional própria dos mestrados profissionais se nem a estrutura e funcionamento do Curso nem os esquemas interpretativos de seus interessados apontam para um distanciamento em relação aos modelos dominantes nos mestrados acadêmicos, sendo que os esforços até agora realizados referendam a existência de uma configuração híbrida;
- c) Uma tentativa de melhor compreender como está ocorrendo o processo de institucionalização dos dois cursos, desde sua origem, mostra que a opção pelo desenvolvimento de pesquisas e de treinamento na área de gestão pública, no contexto local e também regional, expressa estratégias de legitimação bem típicas da fase de formação institucional, fortemente apoiada na experiência legada pelos respectivos quadros docentes e discentes das instituições que os promovem;
- d) Nesse particular, cabe reconhecer a abertura proporcionada pela Portaria nº 80/1995, para que instituições sem tradição acadêmica possam oferecer mestrados profissionais, favorecendo a possível proliferação de modelos assemelhados com os das universidades corporativas e de outras configurações institucionais emergentes. Na verdade, os cursos de mestrado profissional não são uma inovação no sentido *stricto*. Contudo, como a

legalização e estruturação de tais cursos exigem estruturas e práticas pedagógicas diferenciadas e que façam jus ao discurso de mudança institucional, não passa despercebida a necessidade que têm de se legitimar, inclusive porque suas ações dependem de autofinanciamento e sustentabilidade para poderem se viabilizar como modalidade de ensino;

- e) Aliás, os argumentos desfavoráveis aos cursos de mestrado profissional não repousam na idéia de aproximar as universidades das empresas mas sim de serem eles cursos estritamente pagos, entendidos por alguns como uma espécie de advento das políticas de privatização no ensino superior e da retirada dos investimentos públicos para a pesquisa, embora se reconheça a necessidade da busca de outras fontes de financiamento. No caso dos mestrados profissionais ministrados nas universidades públicas, após o Parecer nº 0364/2002, do CNE, tudo leva a crer que as perspectivas não são animadoras quanto à sua continuidade nessas instituições, visto que a declaração de inconstitucionalidade tende a inibir seu funcionamento, superando outras questões também em discussão. Sob esse aspecto, qualquer análise de tendências que se faça depende do embate das forças políticas que constróem o ambiente institucional onde se inserem esses cursos, cuja sobrevivência parece estar assegurada nas organizações não atingidas por tais preceitos, portanto estando livres dessas amarras institucionais.

6 Referências Bibliográficas

- ALBERT, S.; WHETTEN, D. A. Organizational identity. **Research in Organizational Behavior**, v. 7, p. 263-295, 1985.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº CNE/CES 0364/2002**, referente processo nº 23000.006324/2002-27. Assunto: regularidade da cobrança taxas em cursos de Pós-graduação, lato sensu, com base no art. 90, da Lei 9394. aprovado em 06/11/2002 a. Mimeografado.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. **Principal**, [2002]. Disponível em <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2002b.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n. 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 1998. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/editne/res161298.htm>>. Acesso em 1 ago. 2001.
- BRUNSSON, N.; SAHLIN-ANDERSON, K. Constructing organizations: the example of public sector reform. **Organization Studies**, v. 21, n. 4, p. 721-746, 2001.
- CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR., Thomaz. Identidade organizacional. In: _____. **Transformação e realidade organizacional**: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 1999.
- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago, The University of Chicago Press, 1991.
- FISCHER, Tânia M. D. Pós-graduação e mestrado profissional: o que há de novo? In: ASSEMBLÉIA DO CONSELHO LATINO-AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 37., Porto Alegre, 2002. **Anais...** Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 2002.

FROMBRUN, C.; SHANLEY, M. What's in a name? Reputation building and corporate strategy. **Academy of Management Journal**, v. 33, p. 233-258, 1990.

FROOMAN, J. Stakeholder influence strategies. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 2, p. 191-206, mar./apr. 1999.

GARBETT, T. **How to build a corporation's identity and project its image**. Lexington: Health and Company, 1988.

GONÇALVES, Sandro A.; MACHADO-DASILVA, Clóvis L. Mudança organizacional: institucionalização e cognição na análise do caso da Companhia Paranaense de Energia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1999. 1 CD-ROM.

HATCH, M. J.; SCHULTZ, M. From tribes to texts: cultural impressions of image and identity. In: SCOS: Standing Conference on Organization Symbolism, 13., Turku (Finlândia), 1995. **Annals...** Turku, 1995.

JEPPERSON, Ronald L. Institutions, institutional effects and institutionalism. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. London: The University of Chicago Press, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAWRENCE, T. B. Institucional strategy. **Journal of Management**, mar./apr. 1999.

LAWRENCE, T. B.; WINN, Monica I.; JENNINGS, P. Devereaux. The temporal dynamics of institucionalization. **Academy of Management Review**, Oct. 2001.

LOPES, Fernando Dias. Teoria institucional e gestão universitária: uma análise do processo de avaliação institucional na UNIJUÍ. **REAd: Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 5, n. 4, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.read.adm.ufrgs.br/read12/artigo/artigo4.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2001.

MACHADO-DASILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da. Competitividade organizacional: conciliando padrões concorrenciais e padrões institucionais. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; OLIVEIRA, Lúcia Maria Barbosa de (Org.). **Administração contemporânea: perspectivas estratégicas**. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 1, p. 27-39.

MACHADO-DASILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.4, n. 7, p. 97-114, dez. 1996.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. **Organizational environments: ritual and rationality**. London: Sage, 1992.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. **Ascensão e declínio de um padrão institucional: estudo de caso da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)**. [Recife]: 2002. No prelo.

_____. Elementos de análise organizacional: a essência de um estudo. **Cadernos de Serviço Social**, Recife, v. 11, p. 52-78, dez. 1995.

PEDERSEN, Jesper Strandgaard; DOBBIN, Frank. The social invention of collective actors: on the rise of the organization. **American Behavioral Scientist**, v. 40, n. 4, 1997.

PEREIRA, Maria J. L. B.; FONSECA, João G. L. B. **Faces da decisão: as mudanças de paradigma e o poder de decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

PERROW, Charles. **Complex organizations**. 3rd. ed. New York: McGraw-Hill, 1986.

ROSSETTO, Carlos Ricardo; ROSSETTO, Adriana Marques. As perspectivas institucionais e da dependência de recursos no processo de adaptação estratégica organizacional: um estudo multicaso de três empresas familiares do setor de edificações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.

SCOTT, Richard W. **Institutions and organizations**. London: Sage, 1995.

_____. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, p. 493-511, 1987.

SCOTT, Richard W.; MEYER, John W. The organizational of societal sectors: propositions and early evidence. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. **The new institutionalism in organizational analysis**. London: The University of Chicago Press, 1991.

SELZNICK, Philip. **A liderança na Administração**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1989.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institucional approaches. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynner G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v.1.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **UNPD in Brazil**. [Brasília], 2002. Disponível em: <<http://www.br.unpd.org>>. Acesso em 10 ago. 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WHETTEN, D.; GREGERSEN, H. Social identity and characteristics of group categories and boundaries. In: SCOS: Standing Conference on Organization Symbolism, 13., Turku (Finlândia), 1995. **Annals...** Turku, 1995.

YIN, Robert. K. **Case study research**. Londres: Sage, 1994.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. Um roteiro para a pesquisa organizacional. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, n. 5, p. 39-41, jul. 1984.

Notas

¹ Desde a referida Portaria, os cursos superiores *stricto sensu* de caráter profissional são conhecidos como mestrados profissionalizantes e assim nominados aqueles que seguem essa orientação. No entanto, posteriores documentos da Capes passaram a denominar essa modalidade de mestrado profissional, a exemplo dos recentes: “Parâmetros para análise de projetos de mestrado profissional - julho de 2002” e “avaliação de proposta de curso novo – mestrado profissional” (Brasil. Ministério da Educação, 2002a). Portanto, para os fins deste trabalho, os termos mestrado profissionalizante e mestrado profissional aplicam-se ao mesmo objeto de estudo, com a predominância do segundo.

² A parceria inter-institucional Sudene/UFPE/Pnud para criação do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste está prevista na Proposta do Programa: UFPE-Sudene (Solicitação: 25001019VLJCH) (UNDP, 2002). Com a extinção da Sudene em 2001 e a indefinição sobre a institucionalização de sua sucessora, a Adene, o Curso passou a ser vinculado temporariamente ao Ministério da Integração Nacional (MI). No entanto, como se trata de uma situação ainda não consolidada e esta pesquisa foi realizada ainda na vigência da referida parceria, o MPA/NE foi aqui identificado como institucionalmente vinculado às três instituições : UFPE, Sudene e Pnud.